

CAPÍTULO 7

As escolhas das crianças e a resistência (ou não) às estratégias de controle parental

Luciana Maria Caetano

Beatriz Vitória da Silva

Carolina Almeida

Vitor Benetti Ferreira da Silva

7.1 Introdução

João brinca de lego o dia todo. Ele brinca de lego no intervalo da escola, aos sábados e domingos, antes de fazer a lição e até antes de ir dormir. Na verdade, João pensa sobre si mesmo como o “Rei do Lego”, porque ele é muito bom em montar lego e montar esse brinquedo é a coisa que ele mais gosta de fazer e que o deixa sempre muito feliz. João, depois de terminar sua lição, começa a brincar com lego no seu quarto. Sua mãe vem até o seu quarto e o proíbe de brincar com lego. O que João deve fazer? Quem deve decidir do que brincar é a criança ou a sua mãe? Caso essa mãe falasse com o filho de outra forma, por exemplo oferecendo-lhe uma escolha, isso poderia impactar na escolha da criança?

O presente capítulo apresenta resultados parciais de uma pesquisa que investigou o impacto de diferentes estratégias parentais no julgamento e processo de tomada de decisão para escolhas de domínio pessoal. É fundamentado nos estudos de parentalidade, baseados na abordagem da teoria do domínio social (TDS), cujos

principais pressupostos defendem que o estudo dos diferentes domínios da ação e do conhecimento é importante na relação pais e filhos, pois os objetivos dos pais e as respostas dos filhos levam em conta essa distinção; as relações entre pais e filhos são recíprocas e a criança não recebe os valores ou os internaliza passivamente; as pesquisas focam em como a criança interpreta, negocia e algumas vezes transforma regras, valores e modelos sociais advindos dos pais (Smetana, 2006).

O capítulo se divide em três partes: na primeira, definimos domínio pessoal e apresentamos um conjunto de pesquisas relacionadas, além de apresentarmos as diferentes estratégias de controle parental utilizadas no contexto brasileiro. Na segunda parte do capítulo, apresentamos os resultados parciais da pesquisa, que, inclusive, utilizou a história que inicia este capítulo como instrumento para investigar o impacto de diferentes estratégias parentais na decisão da criança de resistir ou não às estratégias para tomar decisões de domínio pessoal. Finalmente, a última parte do capítulo apresenta reflexões teóricas e propostas de orientação parental, de acordo com os resultados encontrados.

7.2 Domínio pessoal

As crianças são ativas na construção de conhecimento sobre o mundo social e é no processo de interação com outras crianças, com outras pessoas, com a sociedade ao seu redor que elas desenvolvem e diferenciam entre si territórios que compõem o domínio social: domínio moral, convencional e pessoal (Smetana, 2006; Killen & Smetana, 2014; Smetana, 2013).

O domínio pessoal diz respeito a um conjunto de ações que o indivíduo considera fora da área da regulação social. Correspondem aos aspectos da vida privada e quando julgados não são classificados como “certos” ou “errados”, pois são assuntos pessoais que definem o campo da autoridade individual, ou seja, constituem direitos e o senso de liberdade. Logo, o ator (ou, eu, self) é um agente que possui um grau de autonomia social e de individualidade e ao longo de seu desenvolvimento vai construindo e tomando consciência do conceito de self e integridade psicológica, sendo a liberdade condição necessária para manter as noções de agência e identidade (Nucci, 2001).

Os conceitos morais são compreendidos como universalmente aplicáveis, obrigatórios, impessoais e normativamente comprometedores, uma vez que as transgressões morais são erradas por terem efeito sobre os direitos e bem-estar dos outros. O domínio convencional provê o indivíduo de expectativas a respeito do comportamento adequado, unificado, e se refere às normas arbitrárias propostas pelo contexto social (Turiel, 1983; Smetana 2006).

Desse modo, esses domínios coexistem e se sobrepõem, sendo que os conflitos ocasionados por isso são resolvidos na complexidade do processo racional, afetivo e social, portanto, ora o indivíduo consegue sobrepor um domínio a outro, ora isso não é possível, a depender de um conjunto de complexos e distintos fatores, entre eles os fatores contextuais, culturais, individuais que interferem nos diferentes tipos de julgamentos que sustentam os julgamentos e as condutas das pessoas (Smetana, Jambon *et al.*, 2014; Nucci *et al.*, 2017).

As pesquisas revelam que crianças pequenas já são capazes de identificar o que é da ordem do pessoal, diferenciando daquilo que é da ordem do moral e convencional e a gênese desse processo depende das interações sociais das crianças, especialmente com seus pais (Nucci & Weber, 1995; Smetana, 2013). As crianças não julgam as questões pessoais como certas ou erradas, mas explicam em suas justificativas que esses assuntos devem ser foco de decisão do próprio sujeito, uma vez que as consequências afetam apenas o ator, ou ainda afirmam que essas questões dizem respeito às preferências e gostos de cada um, e desse modo, não devem ser da conta de outras pessoas (Nucci, 1981; Nucci & Weber, 1995; Killen & Smetana, 1999).

As pesquisas da SDT revelam que a principal causa de conflitos entre pais e filhos está no território do domínio pessoal (Smetana, 2006; Smetana, 2011). As questões de domínio pessoal são consideradas pelos filhos como não contingentes ao controle parental (Nucci, 2000). Por outro lado, os pais em sua maioria não partilham da mesma opinião dos filhos e o problema central é que, na maior parte das vezes, os critérios de julgamentos de pais e de filhos não são os mesmos (Smetana & Asquith, 1994).

Mesmo as crianças pequenas demandam espaço e oportunidade para exercitarem as suas escolhas, preferências e envolvimento em atividades pessoais, demonstrando não conformidade e resistência às regras, intervenções e autoridade dos pais nesses contextos (Killen & Nucci, 1995; Nucci & Turiel, 2000). Quando a família oferece oportunidades concretas às crianças de realizarem pequenas escolhas, como qual roupa desejam vestir, do que querem brincar, como preferem usar os próprios cabelos, oferecem consequentemente a elas, o direito de suas preferências, que se constitui em uma fonte de construção de identidade e de autonomia (Nucci, 1996; Nucci, 2000).

Vários estudos contemporâneos têm discutido a importância de que a criança tenha espaços de manutenção de um senso de agência e individualidade ao longo do seu desenvolvimento, o que pode ser garantido por meio de um crescente de oportunidades que ela vivencie de controle sobre as ações do domínio pessoal (Nucci, 1996; Nucci & Smetana, 1996; Nucci, 1981; Wainryb & Turiel, 1994; Smetana, Wong *et al.*, 2014).

Estudos têm demonstrado que os julgamentos das crianças tendem a ser mais incisivos em relação a acreditar que os personagens hipotéticos devem se engajar em comportamentos que eliciam as suas escolhas pessoais, a despeito das proibições dos adultos a respeito (Lagattuta *et al.*, 2010). As crianças reconhecem que podem fazer escolhas pessoais, no entanto, há variação na compreensão delas de quando devem cumprir as proibições das mães (Zeyrek & Smetana, 2023). Esse julgamento depende de aspectos como prática de disciplina (Smetana *et al.*, 2017), percepção de autoridade e da legitimidade parental (Laupa, 1991) e domínio do problema (Lagattuta *et al.*, 2010; Smetana, *et al.*, 2014).

Em um estudo estadunidense, quando as mães proibiam a ação de domínio pessoal (brincar de fantasia, por exemplo), as crianças obedeciam mais do que quando apenas mostravam suas preferências para o comportamento da criança. (Smetana, *et al.*, 2017). Isso sugere que o julgamento da criança pode mudar de acordo com a estratégia de controle parental usada.

7.3 Estratégias de controle parental no contexto brasileiro

A resistência à autoridade parental pode depender do tipo de estratégia de socialização ou controle utilizada pelos pais e, portanto, essas mesmas estratégias também podem variar conforme a cultura e as condições socioeconômicas.

No Brasil, pesquisas que investigaram as relações de distinções entre domínios por parte de crianças e adolescentes e a relação com a autoridade demonstraram que crianças e adolescentes (9 a 15 anos) identificam as diferenças entre os domínios convencional, moral e pessoal em suas condutas individuais, mas têm uma orientação de regulação social bastante heterogênea, ou seja, as crianças de classes sociais desfavorecidas tendem a resistir menos à autoridade parental nos assuntos de domínio pessoal que as crianças de classes sociais mais favorecidas (classe média) (Nucci *et al.*, 1996). A obediência cega e a legitimação à autoridade parental em assuntos de domínio pessoal, como a escolha dos amigos, escolha da roupa, e até na escolha da carreira também foi verificada em um estudo com cinquenta e cinco adolescentes (11 a 13 anos) moradores da periferia da grande São Paulo (Caetano *et al.*, 2019).

As variações socioeconômicas, do mesmo modo que as variáveis contextuais, influenciam a forma como as pessoas valorizam a autonomia e os direitos pessoais versus a obediência à autoridade e aos valores de conformidade (Nucci *et al.*, 1996). Infelizmente, para além disso, no caso do desenvolvimento de crianças, as variáveis socioeconômicas influenciam mais do que os graus de oportunidade de desenvolvimento individual e autônomo, mas também podem ser desencadeadores de situações

de riscos, como por exemplo, o risco de abuso físico, que está relacionado ao desemprego e à dificuldade econômica, entre outros fatores (Ceconello *et al.*, 2003).

Estudos *cross culturais* revelaram que as perspectivas culturais com as quais os países se identificam também interferem no modo de educar os filhos, por exemplo: os pais chineses, que são sempre descritos como autoritários, punitivos e identificados com a ideia de que a criança deve ser treinada e controlada com severidade (Smetana *et al.*, 2014). O autoritarismo parental também se manifesta em culturas não ocidentais, e em classes menos favorecidas, assim como em minorias étnico raciais de pais nos Estados Unidos (Smetana, 2017).

A chamada disciplina rígida tem efeitos terríveis sobre o desenvolvimento e ajustamento infantil, ou seja, gritar, proibir, expressar desapontamento, envergonhar e espancar, sempre geram danos às crianças nas diferentes culturas (Smetana, 2017). A ação de bater nas crianças tem geralmente efeitos negativos sobre a competência social e o ajustamento das crianças, ainda que esses efeitos sejam menos negativos quando existe uma normatividade cultural para o uso dessas práticas entre os pais (Gershoff *et al.*, 2010).

No Brasil, as pesquisas revelaram uma crença no castigo físico como estratégia de controle parental. Em uma amostra de oitocentos e vinte pais e mães das diferentes regiões do país, 70% deles afirmara que, se seu filho fizer algo muito errado é justo corrigi-lo com castigos físicos (Caetano, 2009). Por sua vez, 88,1% de crianças e adolescentes de uma amostra de quatrocentos setenta e dois participantes afirmaram já ter sido vítima de punições corporais e 36,9% delas relataram ter ficado machucadas (Weber *et al.*, 2004).

As crenças que subjazem os estilos parentais brasileiros estão atreladas a uma cultura de que uma palmada não dói, de que os pais têm o direito de bater nos filhos, porque esses lhes pertencem e, principalmente, acreditam na fórmula “amor e dor” para educar (Weber *et al.*, 2004). Estudos de concepções educativas parentais no Brasil revelam, especialmente, o uso da autoridade, a imposição das regras, o uso dos castigos e punições corporais, como as principais estratégias de práticas parentais (Caetano, 2009; Caetano *et al.*, 2019). Estudos de estratégias de socialização parental no Brasil também mostraram que o controle externo (ameaça de punição, ameaça de retirada de afeto, reforço ou gratificação, ameaças de punição mítica ou sobrenatural) é mais utilizado pelos pais para controlar o comportamento das crianças, do que o controle interno (explicações das consequências da ação proibida) (Camino *et al.*, 2003).

A questão das estratégias parentais, ou de técnicas de disciplina parental, técnicas de socialização parental foi investigada prioritariamente por Hoffman (1970),

que defendia a ideia de que o efeito das estratégias de socialização dependem de dois componentes: grau de pressão e conteúdo, entendendo conteúdo como o tipo de informação que a técnica oferece à criança, portanto, de natureza qualitativa e, o grau de pressão, implica no grau de ansiedade (atividade afetiva) que o bloqueio de um comportamento gera sobre a criança (Camino *et al.*, 2003).

O autor distingue três tipos de estratégias: afirmação do poder, retirada do afeto e a indução. A *afirmação de poder*: reúne estratégias que consistem no uso do poder físico ou do controle de recursos materiais. Esse tipo de educação negligencia todos os recursos internos da criança, mas a obediência é conseguida por meio de ameaças, punições, recompensas, castigos físicos, enfim, do medo que a criança sente em relação a essa imposição das regras por parte dos seus pais. A *retirada de amor* também é ameaçadora para a criança, não no sentido de uma ameaça física ou material, mas a ameaça do abandono e da separação. São exemplos desse tipo de estratégia: ignorar a criança, voltar às costas para ela, recusar-se a falar com ela ou se recusar a ouvi-la, manifestar violentamente à criança o seu desagrado em relação a ela e isolá-la ou ameaçar abandoná-la (Hoffman, 1970).

A *indução* utiliza estratégias que conduzem ao chamado controle interno por parte da criança, pois consiste em dar explicações ou razões para conseguir que a criança mude seu comportamento, por ter compreendido a necessidade da regra a ser cumprida. Obviamente é considerada a maneira mais eficaz para a promoção do desenvolvimento moral da criança, porque por meio dela os pais são modelo de autoridade racional e não arbitrária; fornece às crianças recursos cognitivos necessários para desenvolver o autocontrole; centralizam sua atenção para o ato a ser corrigido, o que ensina a criança a arcar com as consequências das suas ações; orientam a criança a considerar os resultados seus atos para com os outros, dirigindo a atenção da criança para o sofrimento de outras pessoas e explicando sua natureza, se não for óbvia, eliciando uma resposta empática (Hoffman, 1970).

Duas outras formas de controle parental foram estudadas em sua relação com as avaliações das crianças a respeito da resistência parental em relação aos eventos de domínio pessoal (Smetana, Wong, et al., 2014). A primeira é *culpa de comparação social*, um tipo de estratégia de controle comum e culturalmente legitimada pela eficácia, muito utilizada na China (Wu *et al.*, 2002): consiste em culpar a criança por não estar se comportando adequadamente, como fazem as demais crianças. O segundo tipo de estratégia chamada de *persuasão gentil*, trata-se de uma estratégia de controle externo que é apresentada juntamente com o reforço de que a criança pode escolher o que quiser, mas a mãe deixa clara a sua preferência, diferente daquela do protagonista do estudo (Smetana, Wong, et al., 2014).

As duas estratégias descritas anteriormente foram investigadas em comparação com o controle externo da proibição da mãe. O estudo revelou que houve impacto das estratégias de controle sobre a resistência das crianças em relação a autoridade parental incidida sobre a possibilidade de escolhas do domínio pessoal, sendo a persuasão gentil, a estratégia na qual as crianças se sentiram mais inclinadas a resistirem as intervenções parentais (Smetana, Wong, et al., 2014).

Apesar de existir, do início ao meio da infância, um aumento nos julgamentos das crianças de que certas questões devem ser decididas por elas, quando uma mãe ou figura de autoridade proíbe uma escolha pessoal, há a possibilidade de as crianças acreditarem que devem obedecer, uma vez que, para elas, os adultos têm direito de fazer regras ou se preocupar com coisas que estão além de escolhas pessoais (Zeyrek & Smetana, 2023). Por outro lado, as crianças também podem renunciar a suas escolhas pessoais para evitar punições ou devido à posição social daquele que demanda obediência (Ardila-Rey & Killen, 2001).

7.4 Pesquisa

A presente investigação pretendeu investigar o impacto de diferentes estratégias de controle parental na avaliação que as crianças fazem relativamente a acontecimentos no domínio pessoal. Como já descrito na introdução deste capítulo, o desenvolvimento da noção de agência e do direito às escolhas de controle pessoal depende do sucesso das crianças em situações de conflito parental (Zeyrek & Smetana, 2023).

O tipo de estratégia parental utilizada pela família nos conflitos de domínio pessoal foram as variáveis independentes do estudo, enquanto os julgamentos de escolha das ações (cumprir ou resistir à autoridade parental) e as justificações para essas decisões; julgamento da legitimidade da regra e nível de legitimidade; e tipo de estratégia utilizada pelas mães constituem o conjunto de variáveis dependentes do estudo.

A pesquisa está em andamento, na fase de coleta de dados, e, também vamos investigar o impacto da TOM (teoria da mente). Apresentamos aqui os resultados parciais da pesquisa. Os participantes foram quarenta e quatro crianças de 9 a 11 anos ($M = 9,88$, $DP = 0,74$), e os instrumentos eram dilemas sobre conflitos de domínio pessoal e moral e diferentes estratégias de controle. Duas histórias, como aquela que iniciou o presente capítulo, foram utilizadas para a realização das entrevistas: brincadeira com lego (meninas e meninos) e outra de domínio moral (história de controle) que trata de uma criança que pega um brinquedo de sua irmã/irmão (carro para menino e boneca para menina) (Smetana *et al.*, 2014). Para avaliar as estratégias de controle parental foram utilizadas quatro estratégias, a saber:

proibição, persuasão gentil (Smetana & Ball, 2016) e chantagem emocional e castigo mágico, consideradas comuns na população brasileira (Camino *et al.*, 2003).

Realizamos três conjuntos de análises. Primeiro, examinamos os julgamentos de escolha de ação, legitimidade das regras, nível de legitimidade e julgamentos do tipo de estratégia para cada tipo de estratégia de controle parental. Em segundo lugar, comparamos as justificativas sobre se o ator deveria cumprir ou resistir às proibições parentais (escolha de ação). Os conjuntos finais de análises compararam respostas relativas a eventos morais e pessoais para julgamentos e justificativas.

Com relação ao primeiro conjunto de análise, os resultados da ANOVA para o julgamento de escolha da ação demonstraram que havia diferenças entre as estratégias de controle parental [Welch's $F(3, 15,808) = 17,973, p < 0,000$]. Teste *post-hoc* de Games-Howell, interpretado por meio de procedimentos de *bootstrapping*, demonstrou que foram encontradas diferenças significativas entre os julgamentos de escolha da ação apresentados para a estratégia de controle de persuasão gentil e todas as outras estratégias. Os julgamentos para as estratégias de proibição, chantagem emocional e punição mágica não apresentaram diferença significativa entre si ($p > 0,05$). Portanto, as crianças consideraram a possibilidade de o protagonista escolher brincar de lego apenas após a utilização da estratégia parental de persuasão gentil.

Os resultados da ANOVA para o julgamento de legitimidade da regra, demonstraram que não houve diferença para esse julgamento entre as estratégias de controle parental [Welch's $F(3, 1,359) = 1,317, p = 0,270$]. E o mesmo aconteceu para o julgamento do nível de legitimidade, ou seja, não houve diferença para esse julgamento entre as estratégias de controle parental [Welch's $F(3, 2,188) = 2,095, p = 0,103$].

Por outro lado, os resultados da ANOVA para o julgamento do tipo de estratégia, demonstraram que havia diferenças entre as estratégias de controle parental [Welch's $F(3, 2,724) = 2,716, p = 0,046$]. Teste *post-hoc* de Games-Howell, interpretado por meio de procedimentos de *bootstrapping*, demonstrou que foram encontradas diferenças significativas para o julgamento da estratégia de controle persuasão gentil, considerada pelas crianças como mais correta, quando comparada a outras estratégias. As estratégias de proibição, chantagem emocional e punição mágica não apresentaram diferença significativa entre si ($p > 0,05$).

No segundo conjunto de análise, comparamos as justificativas sobre se o protagonista deveria cumprir ou resistir às proibições parentais (escolha de ação). Os resultados da ANOVA para o julgamento da escolha da ação demonstraram que haviam diferenças para as justificativas, comparadas nas diferentes estratégias parentais: justificativas morais (apelaram para o cuidado e a empatia em relação ao pedido da mãe e os sentimentos dela) [Welch's $F(3, 11,480) = 5,422, p < 0,000$];

justificativas de domínio pessoal (consideram que o protagonista deveria escolher o que queria fazer) [Welch's $F(3, 9,353) = 12,663, p < 0,000$]; justificativas convencionais (atreladas à obediência à mãe, ou ao medo de punição) [Welch's $F(3, 10,230) = 8,331, p < 0,000$]. Teste *post-hoc* de Games-Howell, interpretado por meio de procedimentos de *bootstrapping*, demonstrou que foram encontradas diferenças significativas entre os usos de justificativas de diferentes domínios, sendo que as justificativas variaram em relação aos diferentes tipos de estratégia de controle parental. Apenas após a estratégia de persuasão gentil as crianças apresentaram mais justificativas de domínio pessoal, para as outras estratégias, as justificativas mais utilizadas para escolha da ação, foram as de domínio convencional. Com relação à justificativa de domínio moral estiveram mais presentes na estratégia parental de chantagem emocional, quando comparadas umas às outras.

No terceiro conjunto de análises, nós comparamos as respostas relativas às histórias de domínio moral e pessoal comparando os julgamentos e justificativas. Os resultados da ANOVA para o julgamento da escolha da ação, demonstraram que havia diferenças entre as histórias de domínio pessoal e domínio moral (controle) com e sem estratégia de controle proibição [Welch's $F(3, 64,918) = 44,597, p < 0,000$]. Teste *post-hoc* de Games-Howell, interpretado por meio de procedimentos de *bootstrapping*, demonstrou que foram encontradas diferenças significativas entre os julgamentos de escolha da ação apresentados para as diferentes histórias. Os julgamentos de escolha do domínio pessoal apareceram quando a história de domínio pessoal foi contada sem estratégia (se a mãe do protagonista não dissesse nada o que ele deveria fazer?). Para o caso da história de domínio moral os participantes legitimaram a estratégia de controle e quando a história foi contada sem estratégia, a maioria dos participantes manteve a escolha de domínio moral.

Os resultados da ANOVA para as justificativas demonstraram que havia diferenças significativas para elas: justificativas pessoais [Welch's $F(3, 3,173) = 4825, p < 0,028$]; justificativas convencionais [Welch's $F(3, 27,251) = 20,269, p < 0,000$]. Teste *post-hoc* de Games-Howell, interpretado por meio de procedimentos de *bootstrapping*, demonstrou que foram encontradas diferenças significativas entre os usos de justificativas de diferentes domínios que variaram em relação aos diferentes tipos de histórias. As justificativas morais só foram encontradas na história de domínio moral (com e sem estratégia de controle). Com relação às justificativas de domínio pessoal, apesar de bem pouco presentes, foram apresentadas principalmente na história de domínio pessoal sem estratégia. Com relação às justificativas de domínio convencional, foram as mais presentes nos quatro tipos de histórias, mas a diferença de médias foi significativa.

Desse modo, os primeiros resultados dessa pesquisa revelaram que:

- As diferentes estratégias de controle parental tiveram realmente um impacto no julgamento e nas justificações das crianças.
- Como mostraram os resultados de estudos anteriores, as crianças dessa amostra também revelaram a dificuldade em resistir às estratégias de controle parental, especialmente àquelas de controle externo.
- A autoridade parental e a regra imposta por essa autoridade foram amplamente legitimadas pelas crianças, mesmo em situações de domínio pessoal.
- as principais justificativas dadas pelas crianças foram as convencionais, mostrando uma tendência já identificada em estudos anteriores de tendência à obediência cega em crianças brasileiras.
- As respostas dos participantes à história de controle do domínio moral demonstraram que, no caso desse tipo de evento, encontraram-se mais justificativas de domínio moral, porém quando a história foi contada sem a intervenção da mãe, algumas crianças desistiram desse tipo de raciocínio, afirmando que como a mãe não tinha falado nada, eles poderiam tomar o brinquedo da mão do irmão.

7.5 Diálogo

No caso da teoria do domínio social, um conjunto expressivo de pesquisas defende a ideia de que existem tipos de interação entre pais e filhos que favorecem o desenvolvimento moral (Smetana, 2006, 2011, 2013; Smetana, Jambon et al., 2014). Para tais autores, dois princípios são básicos e de extrema importância para a intervenção parental: a observação e adequação das respostas parentais à natureza da transgressão e ao conteúdo da intervenção e a habilidade em providenciar tipos de interações que podem ou não ser facilitadoras desse tipo de desenvolvimento (Killen & Smetana, 1999).

O que nossos estudos sobre parentalidade mostraram diverge bastante dos apontamentos anteriores elencados sobre a intervenção parental favorecedora do desenvolvimento moral.

O Brasil é uma nação jovem que carrega na sua história pregressa elementos como escravidão e racismo, mandonismo, patrimonialismo, corrupção, desigualdade social, violência e intolerância; e esses elementos formaram e consolidaram práticas e ideias autoritárias no Brasil, que ainda reverberam na atualidade (Schwarcz, 2019). A história da criança no Brasil é marcada pela violência do adulto, pelo despreparo

e descaso do mesmo em relação a ela, pela cisão social, pelas condições do contexto socioeconômico, pelo trabalho infantil, pelo abuso e exploração (Dell Priory, 2015).

A conjunção desse contexto às escolas de péssima qualidade, ao trabalho mal remunerado e não valorizado dos professores, à saga das mulheres que trabalham mais de dezesseis horas por dia e são arrimo de família, cuidando sozinhas de seus filhos, são outros elementos que conduzem às explicações plausíveis dos resultados que encontramos na presente pesquisa.

A possibilidade de escolher garante às crianças a oportunidade de compreender a noção de direito e de edificar a própria autonomia, o que é condição também para o desenvolvimento moral das crianças (Nucci, 2001). Todavia, quando o direito de escolha é retirado da criança, a única coisa que resta a ela é obedecer.

Apesar de o efeito deteriorante da disciplina coercitiva no julgamento moral ter sido pouco investigado (Smetana, Jambon et al., 2014), crianças que foram duramente disciplinadas pelas mães tiveram maiores dificuldades de identificar as transgressões morais como erradas e independentes da punição e da contingência à autoridade (Smetana, Wong, et al., 2014).

Desse modo, aponta-se a importância de trabalhos de intervenção e orientação parental e de professores que promovam a oportunidade desses adultos compreenderem as necessidades de espaços de escolha para seus filhos, ou seja, que possam entender melhor o desenvolvimento moral dos seus filhos, percebendo que o modo como interagem com eles é fundamental para o sucesso ou não desse desenvolvimento (Nucci & Ilten-Gee, 2021).

Porém, não menos importante, em uma país de terceiro mundo como é o caso do Brasil, o combate à desigualdade social, o aprimoramento do sistema de educação formal, a extinção da violência, intolerância, racismo e corrupção são desafios anteriores e que precisam ser enfrentados, afinal, “andamos precisados de menos líderes carismáticos e de mais cidadania consciente e ativa” (Schwarcz, 2019, p. 237).

REFERÊNCIAS

- Ardila-Rey, A., & Killen, M. (2001). Middle class Colombian children's evaluations of personal, moral, and social-conventional interactions in the classroom. *International Journal of Behavioral Development*, 25(3), 246-255.
- Ball, C. L., Smetana, J. G., & Sturge-Apple, M. L. (2017). Following my head and my heart: integrating preschoolers' empathy, theory of mind, and moral judgments. *Child Development*, 88(2), 597-611.

- Camino, C., Camino, L., & Moraes, R. (2003). Moralização e socialização: estudos empíricos sobre práticas maternas de controle social e o julgamento moral. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(1), 41-61.
- Caetano, L. M. (2009). *Pais, adolescentes e autonomia moral: escala de concepções educativas* [Dissertação de Mestrado]. Universidade de São Paulo.
- Caetano, L. M., Souza, J. M. D., Silva, C. O. D., & Choi, P. Y. C. (2019). Concepções educativas morais de crianças e adolescentes: diálogo entre teoria do juízo moral de Piaget e teoria do domínio social de Turiel. *Educação e Pesquisa*, 45, e193129.
- Cecconello, A. M., De Antoni, C., & Koller, S. H. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, 8(SPE), 45-54.
- Del Priore, M. (2015). *História das crianças no Brasil*. Editora Contexto.
- Gershoff, E. T., Grogan-Kaylor, A., Lansford, J. E., Chang, L., Zelli, A., Deater-Deckard, K., & Dodge, K. A. (2010). Parent discipline practices in an international sample: associations with child behaviors and moderation by perceived normativeness. *Child Development*, 81(2), 487-502.
- Hoffman, M. L. (1970). Moral development. *Carmichael's manual of child psychology*, 2, 261-359.
- Jambon, M., & Smetana, J. G. (2017). Parenting, morality and social development: new views on old questions. In C. C Helwing, *New Perspectives on Moral Development*. pp. 131-150. Routledge.
- Killen, M., & Smetana, J. G. (1999). Social interactions in preschool classrooms and the development of young children's conceptions of the personal. *Child Development*, 70(2), 486-501.
- Killen, M. & Smetana, J. (Eds.) (2006). *Handbook of moral development*. Lawrence Erlbaum Associates.
- Killen, M. & Smetana, J. (Eds.) (2013). *Handbook of moral development*. 2nd ed. Lawrence Erlbaum Associates.
- Killen, M. & Smetana, J. (2014). Origins and development of morality. In Zelazo, T. *Handbook of child develop psychology*. Lawrence Erlbaum Associates.
- Lagattuta, K. H., Nucci, L., & Bosacki, S. L. (2010). Bridging theory of mind and the personal domain: children's reasoning about resistance to parental control. *Child Development*, 81(2), 616-635.
- Laupa, M. (1991). Children's reasoning about three authority attributes: adult status, knowledge, and social position. *Developmental Psychology*, 27(2), 321-329.
- Nucci, L. P. (1996). Morality and the personal sphere of actions. In E. S. Reed, E. Turiel, & T. Brown (Eds.), *Values and knowledge*. pp. 41-60. Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Nucci, L. (1981). Conceptions of personal issues: a domain distinct from moral or societal concepts. *Child Development*, 52(1), 114-121.

- Nucci, L. (2000). Psicologia moral e educação: para além de crianças “boazinhas”. *Educação e Pesquisa*, 6(2), 71-89.
- Nucci, L. (2001). *Education in moral domain*. Cambridge University Press.
- Nucci, L., & Weber, E. K. (1995). Social interactions in the home and the development of young children’s conceptions of the personal. *Child Development*, 66(5), 1438-1452.
- Nucci, L., & Smetana, J. G. (1996). Mothers’ concepts of young children’s areas of personal freedom. *Child Development*, 67(4), 1870-1886.
- Nucci, L., Camino, C., & Sapiro, C. M. (1996). Social class effects on northeastern Brazilian children’s conceptions of areas of personal choice and social regulation. *Child development*, 67(3), 1223-1242.
- Nucci, L. P., & Turiel, E. (2000). The moral and the personal: sources of social conflicts. In L. P. Nucci, G. B. Saxe, & E. Turiel (Eds.), *Culture, thought, and development*. pp. 115-137. Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Nucci, L., Turiel, E., & Roded, A. D. (2017). Continuities and discontinuities in the development of moral judgments. *Human Development*, 60(6), 279-341.
- Nucci, L., & Ilten-Gee, R. (2021). *Moral education for social justice*. Teachers College Press.
- Smetana, J. G. (2006). Social-cognitive domain theory: consistencies and variations in children’s moral and social judgments. In Killen, M. & Smetana, J. (Eds.), *Handbook of moral development*. Lawrence Erlbaum Associates.
- Smetana, J. G. (2011). *Adolescents, families, and social development: how teens construct their worlds*. John Wiley & Sons.
- Smetana, J. G. (2013). Moral development: the social domain theory view. In Zelazo, P. D. (Ed.). *The Oxford handbook of development psychology*, vol. 1 – Body and Mind. pp. 832-863. Oxford University.
- Smetana, J. G. (2017). Current research on parenting styles, dimensions, and beliefs. *Current Opinion in Psychology*, 15, 19-25.
- Smetana, J. G. & Asquith, P. (1994). Adolescents’ and parents’ conceptions of parental authority and personal autonomy. *Child Development*, 65(4), 1147-1162.
- Smetana, J. G., Jambon, M., Ball, Courtney. (2014). The social domain approach to children’s moral and social judgments. In Killen, M. & Smetana, J. (Eds.), *Handbook of moral development*. 2nd ed. Lawrence Erlbaum Associates.
- Smetana, J. G., Wong, M., Ball, C., & Yau, J. (2014). American and Chinese children’s evaluations of personal domain events and resistance to parental authority. *Child Development*, 85(2), 626-642.
- Schwarcz, L. M. (2019). *Sobre o autoritarismo brasileiro*. Editora Companhia das Letras.
- Turiel, E. (1983). *The development of social knowledge: morality and convention*. Cambridge University Press.

- Turiel, E. (2013). Morality: epistemology, development, and social opposition. In Killen, M. & Smetana, J. (Eds.), *Handbook of moral development*. 2nd ed. Lawrence Erlbaum Associates.
- Wainryb, C., & Turiel, E. (1994). Dominance, subordination, and concepts of personal entitlements in cultural contexts. *Child Development*, 65(6), 1701-1722.
- Weber, L. N. D., Prado, P. M., Viezzer, A. P., & Brandenburg, O. J. (2004). Identificação de estilos parentais: o ponto de vista dos pais e dos filhos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(3), 323-331.
- Wu, P., Robinson, C. C., Yang, C., Hart, C. H., Olsen, S. F., Porter, C. L., Jin, S., Wo, J., & Wu, X. (2002). Similarities and differences in mothers' parenting of preschoolers in China and the United States. *International Journal of Behavioral Development*, 26(6), 481-491.
- Zeyrek, F. B., & Smetana, J. (2023). Why do children comply with parental restrictions in the personal domain? *Journal of Experimental Child Psychology*, 235, 105737.